

EDUCAÇÃO INFANTIL, INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Maria Jocélia Oliveira Furtado

Especialista em Linguagem e Educação pela Universidade Federal do Pará. Pedagoga pela Uniasselvi.
<http://lattes.cnpq.br/0169192842497321>
<https://orcid.org/0009-0001-0848-4615>
E-mail: jocelia.of@gmail.com

Kelly Leão Oliveira

Especialista em Educação e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Pará. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará.
<https://lattes.cnpq.br/6581734765700623>
<https://orcid.org/0009-0003-5219-4003>
E-mail: kellyleaooliveira@gmail.com

Fábio Coelho Pinto

Doutor em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University, Mestrado em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará, Mestrado em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Especialista em Gestão e Planejamento da Educação pela UFPA, Especialista em Gestão Financeira e de Projetos Sociais pela FAP, Especialista em Educação Contemporânea com Ênfase em Projeto de Vida pelo Centro Educacional UNA, Especialista em Educação Contemporânea com Ênfase em Educação Financeira pelo Centro Educacional UNA, Graduado em Pedagogia pela UFPA, Graduado em Sociologia pela Uniasselvi, Graduado em Letras com Habilitação em Língua Inglesa pela UFPA, Graduando em Direito pela Faculdade Estrategio.
<http://lattes.cnpq.br/5684033221420587>
<https://orcid.org/0000-0002-7169-2716>
E-mail: profphabiopinto@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2025.EE>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2025.EE-11>

RESUMO: O presente estudo analisou por meio de pesquisa bibliográfica, as práticas pedagógicas na Educação Infantil no contexto da inclusão de alunos com deficiência. Busca-se compreender as discussões teóricas acerca da inclusão escolar, especialmente no contexto das escolas do campo, bem como discutir os conhecimentos docentes mobilizados na literatura sobre educação inclusiva. Além disso, pretende-se identificar, a partir da produção acadêmica e documental, as metodologias pedagógicas apontadas para o trabalho com crianças que apresentam deficiências, analisar as condições físicas e estruturais das instituições escolares discutidas na literatura e compreender as contribuições da educação inclusiva para o desenvolvimento integral dessas crianças. Como fundamentação teórica, o estudo apoia-se em Sassaki (2006), Ferreira (2007), além de documentos legais e orientações internacionais, com destaque para a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que representa um marco na consolidação da perspectiva inclusiva na educação. Esses referenciais permitem compreender a trajetória histórica da Educação Especial, desde processos marcados pela exclusão até a consolidação da perspectiva inclusiva contemporânea, contribuindo para a análise das práticas pedagógicas e dos desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Prática Pedagógica. Inclusão Escolar.

EARLY CHILDHOOD EDUCATION, SCHOOL INCLUSION, AND RURAL EDUCATION: LIMITS AND POSSIBILITIES OF PEDAGOGICAL PRACTICES WITH CHILDREN WITH DISABILITIES

ABSTRACT: This study analyzed, through a bibliographic review, pedagogical practices in Early Childhood Education within the context of the inclusion of children with disabilities. It seeks to examine the theoretical discussions surrounding inclusive education, particularly in the context of rural schools, as well as to discuss the body of teacher knowledge addressed in the literature on inclusive education. Furthermore, the study aims to identify, based on academic and documentary sources, the pedagogical methodologies recommended for working with children with disabilities, analyze the physical and structural conditions of educational institutions discussed in the literature, and understand the contributions of inclusive education to the holistic development of these children. The theoretical framework is based on the works of Sassaki (2006) and Ferreira (2007), as well as legal documents and international guidelines, with particular emphasis on the Salamanca Statement (UNESCO, 1994), which represents a landmark in the consolidation of the inclusive approach to education. These references provide a basis for understanding the historical development of Special Education, from processes characterized by exclusion to the establishment of the contemporary inclusive perspective, thereby contributing to the analysis of pedagogical practices and the challenges faced by teachers in their daily school contexts.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Pedagogical Practice. Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar constitui uma das transformações mais significativas da educação contemporânea, ao garantir o direito de acesso e permanência de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Embora represente um avanço importante no campo dos direitos educacionais, sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, às condições estruturais das instituições e à organização do trabalho pedagógico frente à diversidade presente no ambiente escolar.

Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Educação Especial deve ocorrer prioritariamente na rede regular de ensino, sendo o atendimento em espaços especializados uma alternativa complementar, quando necessário. Nessa perspectiva, a inclusão ultrapassa a dimensão do acesso, envolvendo também a organização de práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, bem como a construção de relações escolares pautadas no respeito às diferenças.

Apesar dos avanços legais e do reconhecimento da importância da inclusão, a literatura da área evidencia que ainda persistem obstáculos para sua consolidação. Estudos como o de Lopes (2012) apontam que tais desafios estão associados, sobretudo, à formação inicial e continuada de professores, à infraestrutura escolar e à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados, elementos que impactam diretamente o trabalho desenvolvido na Educação Infantil.

Diante desse contexto, este estudo tem como problema de pesquisa: quais são, segundo a literatura científica, os principais desafios e possibilidades das práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil, especialmente em escolas do campo?

A partir dessa problemática, define-se como objetivo geral: analisar, a partir da literatura científica, os desafios e as possibilidades das práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil em escolas do campo.

Como objetivos específicos, busca-se: identificar, na literatura, os principais desafios relacionados à inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil; analisar discussões teóricas sobre práticas pedagógicas inclusivas nesse nível de ensino; e compreender, a partir das produções acadêmicas, as contribuições da educação inclusiva para o desenvolvimento integral das crianças no contexto das escolas do campo.

O interesse pela temática resulta das áreas de atuação das pesquisadoras, que desenvolvem suas práticas na Educação Infantil e na Educação do Campo, ambas vivenciando o contexto de atendimento a estudantes com deficiência. Essa experiência profissional tem evidenciado desafios e especificidades da prática pedagógica inclusiva nesses espaços, o que reforça a necessidade de aprofundamento teórico e de análise da produção científica sobre a temática.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2012), busca compreender os significados, motivações e valores presentes nas ações humanas, priorizando a interpretação dos fenômenos sociais em seu contexto. Nesse sentido, a investigação volta-se para a análise das discussões teóricas sobre inclusão escolar, considerando diferentes perspectivas presentes na produção acadêmica.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais já publicados, tais como livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos legais relacionados à Educação Inclusiva e à Educação Infantil. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já produzido, permitindo a sistematização e análise crítica do conhecimento existente. Nesse mesmo sentido, Severino (2016) destaca que esse tipo de investigação possibilita a construção de uma leitura analítica e interpretativa da produção científica sobre determinado objeto de estudo.

A abordagem adotada é qualitativa, uma vez que privilegia a interpretação dos significados presentes nas produções teóricas analisadas, buscando compreender as discussões sobre inclusão escolar, práticas pedagógicas e desafios enfrentados na Educação Infantil, especialmente em escolas do campo.

O levantamento das produções científicas foi realizado no Portal de Periódicos da CAPES, na SciELO (Scientific Electronic Library Online) e repositórios institucionais de universidades brasileiras. As quais foram selecionadas por reunirem uma ampla produção científica nacional e internacional sobre educação inclusiva, garantindo maior abrangência e confiabilidade ao levantamento bibliográfico.

Para a localização dos estudos, foram utilizados descritores de busca em língua portuguesa, aplicados de forma isolada e combinada por meio de operadores booleanos, de modo a ampliar e refinar os resultados. Os termos empregados foram: “educação inclusiva”, “Educação Infantil”, “práticas pedagógicas inclusivas”, “escola do campo” e “inclusão escolar e deficiência”. A combinação desses descritores possibilitou a identificação de produções que dialogam diretamente com o objeto de estudo, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil.

Após o levantamento inicial, foram definidos critérios de inclusão que orientaram a seleção do material, assim sendo foram consideradas apenas publicações em língua portuguesa, com aderência direta à temática da inclusão na Educação Infantil. Além disso, foram incluídos artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais disponíveis na íntegra, garantindo a consistência e a possibilidade de análise completa das produções selecionadas. Foram ainda estabelecidos critérios de exclusão com o objetivo de refinar

o corpus e evitar materiais que não contribuíssem diretamente para a discussão proposta. Dessa forma, foram excluídos textos duplicados entre as bases consultadas, publicações sem relação direta com a Educação Infantil, estudos indisponíveis na íntegra e trabalhos que não abordassem a inclusão escolar no contexto da educação básica.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), compreendida como um conjunto de procedimentos sistemáticos que possibilita a organização, categorização e interpretação dos significados presentes nos textos analisados. Essa técnica foi escolhida por permitir uma leitura aprofundada e crítica das produções científicas, favorecendo a identificação de regularidades, sentidos e tendências teóricas relacionadas ao objeto de estudo.

O processo analítico foi desenvolvido a partir das seguintes etapas: a fase de pré-análise, realizou-se a leitura exploratória do material selecionado, com o objetivo de organizar o corpus e identificar os principais eixos temáticos presentes nas produções. Em seguida, na etapa de exploração do material, procedeu-se à sistematização e codificação dos dados, com o intuito de agrupar os conteúdos de acordo com suas convergências teóricas e conceituais. Por fim, na fase de tratamento e interpretação dos resultados, os dados foram analisados de forma crítica, possibilitando a construção de categorias analíticas que orientaram a discussão dos achados.

A partir desse processo, foram estabelecidas quatro categorias centrais de análise, construídas com base na recorrência e relevância dos temas identificados na literatura: os desafios da inclusão na Educação Infantil, a formação docente e as práticas pedagógicas inclusivas, as condições estruturais e organizacionais das escolas e, por fim, as contribuições da inclusão para o desenvolvimento infantil.

O corpus desta pesquisa foi constituído por produções acadêmicas e documentos normativos que fundamentam historicamente e teoricamente a Educação Especial na perspectiva inclusiva. Entre os referenciais teóricos utilizados, destacam-se Sassaki (2006) e Ferreira (2007), cujas contribuições discutem o processo de inclusão escolar e suas implicações no contexto educacional. Além desses autores, foi incorporada a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documento considerado um marco internacional na consolidação das políticas de educação inclusiva.

Também compuseram o corpus documentos legais e orientadores que estruturam a educação brasileira, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), bem como orientações e documentos produzidos pelo Ministério da Educação e convenções internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Esses materiais foram selecionados por sua relevância na definição de diretrizes legais e pedagógicas da Educação Especial e da Educação Inclusiva.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: AVANÇOS LEGAIS, DESAFIOS HISTÓRICOS E O DIREITO À INCLUSÃO ESCOLAR

Historicamente, as pessoas com deficiência enfrentaram inúmeras barreiras de acesso à educação, marcadas por processos de exclusão e pela ausência de políticas públicas estruturadas. Sassaki (1997) destaca que a inclusão social e educacional pressupõe a superação de práticas segregadoras e a construção de uma sociedade que reconheça as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, com participação plena nos diferentes espaços sociais, incluindo a escola.

Apesar de a legislação brasileira e internacional assegurar os direitos das pessoas com deficiência, a efetivação dessas garantias ainda não se concretiza de forma plena no cotidiano das escolas, o que contribui para a permanência de práticas de exclusão e para a ampliação das desigualdades, sobretudo entre sujeitos em maior situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, a perspectiva da educação inclusiva surge como uma proposta que visa assegurar o acesso, a permanência e o desenvolvimento da aprendizagem de estudantes com deficiência no ensino regular.

A consolidação dessa perspectiva no sistema educacional brasileiro tem provocado transformações relevantes, ao mesmo tempo em que evidencia debates sobre a real capacidade das instituições escolares de responder às demandas impostas pela inclusão. Nesse sentido, a compreensão do percurso histórico da Educação Especial, bem como de seus fundamentos legais e pedagógicos, torna-se indispensável para a análise crítica de suas diferentes configurações e implicações no campo educacional. Conforme aponta Mantoan (2003), a organização de movimentos sociais e de famílias em

associações especializadas, muitas vezes articuladas com o poder público e com diferentes setores da sociedade, revela a complexidade histórica desse processo e das formas de atendimento às pessoas com deficiência.

Com o fortalecimento das normas educacionais, as instituições de ensino regular passaram a assumir a responsabilidade de garantir o direito à matrícula e à permanência de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu Capítulo V, define a Educação Especial como modalidade que deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. Assim, a ausência de infraestrutura, materiais ou profissionais especializados não pode ser utilizada como justificativa para impedir a matrícula ou o atendimento desses estudantes, cabendo ao sistema educacional organizar-se para garantir esse direito.

De forma complementar, a Constituição Federal de 1988 assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, além de garantir, em seu artigo 206, o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência. Esses dispositivos reforçam a responsabilidade do Estado em garantir um processo de escolarização que promova desenvolvimento das potencialidades de cada sujeito.

Dentro dessa perspectiva, a legislação educacional brasileira estabelece que a recusa de matrícula constitui uma violação legal passível de sanção. Ainda assim, mesmo quando o acesso é garantido formalmente, a ausência de condições pedagógicas adequadas pode resultar em formas sutis de exclusão, especialmente quando as instituições não possuem formação ou estrutura suficiente para lidar com as especificidades da Educação Especial.

Com a Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989, a da Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu, em seu artigo 23, diretrizes voltadas à proteção e ao atendimento das crianças com deficiência, reforçando o direito à assistência, à educação e à participação social em condições de dignidade e igualdade.

[...] os estados reconhecem que toda criança portadora de deficiência física ou mental deverá desfrutar de uma vida plena e descente; reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados

especiais; estimularão a prestação de assistência adequada às condições da criança, que será gratuita e visará assegurar a criança deficiente o acesso à educação, aos serviços de saúde, aos serviços de reabilitação, a preparação para emprego e as oportunidades de lazer de forma que ela atinja uma completa integração social. Os estados promoverão ainda o intercâmbio e a divulgação de informações a respeito de métodos e técnicas de tratamento, educação e reabilitação para que se possa aprimorar os conhecimentos nessas áreas.

A Organização das Nações Unidas (ONU), no documento de 1989, afirma o direito à igualdade das crianças com deficiência e atribui aos Estados a responsabilidade de assegurar o cumprimento das disposições previstas no artigo 23, que tratam da proteção e da garantia de direitos desse público. Nesse sentido, destaca-se a relevância de que todas as crianças com deficiência possam usufruir plenamente desses direitos; contudo, as desigualdades sociais persistentes ainda limitam o acesso igualitário às oportunidades, o que resulta, em muitos casos, na reprodução de situações de discriminação, preconceito, desrespeito e outras formas de exclusão social.

No mesmo horizonte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, estabelece a proteção integral de crianças e adolescentes ao determinar que não podem ser submetidos a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, sendo passíveis de responsabilização legal quaisquer ações ou omissões que violem seus direitos fundamentais. O referido estatuto também prevê sanções para práticas que atentem contra esses direitos, incluindo aquelas direcionadas a crianças e adolescentes com deficiência. Entretanto, apesar da existência desse arcabouço legal de proteção, ainda se verificam situações em que tais direitos são desrespeitados, evidenciando fragilidades na efetivação das garantias previstas em lei e contribuindo para a permanência de práticas discriminatórias na sociedade.

EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS

A proposta da educação inclusiva emerge como uma alternativa voltada à construção de um sistema educacional mais democrático, que assegure a presença de estudantes com deficiência nas turmas regulares. No entanto, a garantia de matrícula, por

si só, não assegura que esses estudantes tenham as mesmas condições de aprendizagem e desenvolvimento que os demais colegas, uma vez que a inclusão efetiva depende de fatores mais amplos.

Para que esse processo se concretize de forma consistente, é indispensável que as instituições de ensino estejam estruturadas com recursos pedagógicos adequados, profissionais preparados para lidar com a diversidade e estratégias de ensino que considerem as especificidades de cada estudante. Sem essas condições, a presença do aluno na escola pode não se traduzir em participação real nas atividades escolares.

Dessa forma, torna-se necessário problematizar o próprio conceito de inclusão escolar, já que o simples ingresso de uma criança com deficiência na escola regular não garante igualdade de oportunidades nem assegura sua participação plena no processo educativo. A inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige mudanças estruturais e pedagógicas.

Nesse sentido, o termo inclusão ultrapassa a ideia de acesso físico à escola e se refere à garantia efetiva de participação, permanência e aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas diferenças e necessidades. Trata-se, portanto, de assegurar condições concretas para o desenvolvimento integral dos alunos e para o exercício pleno de seus direitos educacionais no ambiente escolar. Para Ferreira (2007):

Inclusão diz respeito a melhorar a escola para todos (as) e combater todas as formas de exclusão, segregação e discriminação no contexto escolar. Ao mesmo tempo, inclusão diz respeito à promoção de oportunidades igualitárias de participação. Numa escala inclusiva, todos (as) são considerados iguais e têm o mesmo valor. Assim, a escala que é inclusiva está em contínuo processo de mudança para assegurar o acolhimento de cada um dos alunos ou dos membros da comunidade à escolarização, bem como sua aprendizagem (Ferreira, 2007, p. 22).

A inclusão escolar possibilita a transformação das instituições de ensino, assegurando o direito à igualdade de oportunidades e favorecendo a participação de estudantes com deficiências em um ambiente acolhedor e democrático. Além de beneficiar os alunos, a inclusão promove o envolvimento da comunidade escolar como um todo, contribuindo para a construção de relações baseadas no respeito às diferenças e na valorização da diversidade.

Entretanto, muitas escolas públicas ainda não dispõem de infraestrutura física adequada para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência. Em diversos casos, também há carência de recursos pedagógicos, materiais adaptados e tecnologias assistivas que possibilitem a participação plena desses estudantes nas atividades escolares, assegurando-lhes condições equivalentes de acesso à aprendizagem.

De acordo com Sassaki (2006), “a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto a inclusão propõe a inserção total”. Dessa forma, os estudantes com deficiência devem ter garantidos os mesmos direitos e oportunidades educacionais que os demais alunos. Para que isso ocorra, a escola e os professores precisam desenvolver práticas pedagógicas fundamentadas nos princípios da educação inclusiva, respeitando as especificidades e potencialidades de cada estudante.

No contexto da Educação do Campo, diversos recursos presentes no ambiente natural podem ser utilizados como instrumentos pedagógicos, tais como a vegetação, os animais, o solo, a argila e outros elementos que fazem parte do cotidiano das crianças. Esses recursos podem contribuir significativamente para o processo de ensino e aprendizagem, especialmente quando utilizados de forma planejada e contextualizada.

Compreende-se, entretanto, que a efetivação da inclusão escolar não é uma tarefa simples. Mesmo quando existem recursos naturais e possibilidades pedagógicas favoráveis, ainda são necessários investimentos na formação docente, para que os professores possam utilizar esses recursos de maneira adequada e promover práticas pedagógicas inclusivas. Essa necessidade torna-se ainda mais evidente no contexto da Educação do Campo, em que o trabalho educativo deve estar articulado à realidade social, cultural e ambiental dos estudantes.

Nas escolas urbanas, a educação inclusiva ocorre por meio da convivência entre estudantes com e sem deficiência nas mesmas turmas. Já nas escolas do campo, especialmente nas classes multisseriadas, é comum que alunos de diferentes faixas etárias, níveis de aprendizagem e deficiências compartilhem o mesmo espaço escolar. Essa diversidade exige dos professores estratégias pedagógicas diferenciadas que possibilitem o atendimento das necessidades de todos os estudantes e favoreçam uma educação inclusiva e de qualidade.

Todos os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas do campo devem reconhecer e satisfazer as diversas necessidades de seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades (UNESCO, 1994, p.11-12).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), a deficiência não pode ser compreendida como uma condição fixa e isolada do indivíduo, mas como um conceito em constante construção, resultante da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras de natureza atitudinal e ambiental que limitam sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com os demais sujeitos. A partir dessa compreensão, a educação inclusiva é entendida como uma proposta que busca enfrentar e reduzir essas barreiras, promovendo a participação das pessoas com deficiência nos diferentes espaços sociais e educacionais, de modo a assegurar o exercício da cidadania e a garantia de direitos.

Nesse cenário, a inserção de crianças com deficiência nas classes regulares envolve tanto possibilidades quanto desafios, especialmente no que se refere às relações estabelecidas entre os estudantes no cotidiano escolar. A convivência entre alunos com e sem deficiência demanda a construção de práticas pedagógicas e sociais que valorizem o respeito às diferenças, a cooperação e o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do ambiente educativo.

Embora se reconheçam avanços importantes no campo dos direitos das pessoas com deficiência e na ampliação de seu acesso aos diversos espaços sociais, ainda persistem desafios significativos no contexto escolar. Entre eles, destacam-se as situações de preconceito, discriminação e rejeição, que continuam interferindo na participação plena dos estudantes com deficiência nas atividades escolares e no seu processo de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), os materiais selecionados foram organizados em categorias temáticas emergentes,

construídas a partir da recorrência de sentidos presentes na literatura analisada. Esse processo permitiu identificar núcleos de significação relacionados à Educação Infantil e à inclusão escolar, especialmente no contexto das práticas pedagógicas e dos desafios enfrentados nas instituições educacionais.

CATEGORIA 1 – FORMAÇÃO DOCENTE E FUNDAMENTOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil corresponde à etapa inicial da Educação Básica, sendo o primeiro contato formal da criança com o processo de escolarização. Essa fase contempla crianças de zero a cinco anos de idade e está organizada em dois segmentos principais: as creches, destinadas ao atendimento de crianças de zero a três anos, e as pré-escolas, voltadas para aquelas de quatro e cinco anos. As pré-escolas podem funcionar tanto em instituições específicas dessa etapa quanto em unidades que também ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse período do desenvolvimento infantil, é fundamental que sejam oferecidas experiências educativas e cuidados que contribuam de forma integrada para o crescimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças. Para isso, cabe aos educadores planejar o trabalho pedagógico e organizar o currículo de maneira sensível às dimensões sociais, culturais e individuais de cada criança, respeitando suas particularidades e incentivando a construção progressiva de sua autonomia.

Outro aspecto relevante é o reconhecimento de que cada criança possui tempos e formas próprias de aprender e se desenvolver. Por essa razão, as práticas pedagógicas precisam considerar a diversidade existente no contexto escolar, especialmente quando há crianças com deficiência. Nesses casos, torna-se indispensável a utilização de estratégias pedagógicas flexíveis e adequadas, que possibilitem a participação efetiva de todos os estudantes e favoreçam seu desenvolvimento em todas as dimensões.

Nesse sentido, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) ressaltam a importância de práticas que valorizem as experiências da infância e o desenvolvimento global da criança:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar

determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imaginação, a memória. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (Brasil, 2002, p. 2002).

De fato, as brincadeiras desempenham papel fundamental no desenvolvimento infantil, pois é por meio delas que as crianças constroem sua identidade, ampliam suas relações sociais, desenvolvem habilidades cognitivas e emocionais e se apropriam dos elementos culturais presentes em seu contexto de vida. Nesse processo, o professor exerce um papel essencial como mediador das experiências e aprendizagens, contribuindo para a formação integral da criança. Assim, na Educação Infantil, o brincar deve constituir integrar o currículo, favorecendo a aprendizagem de forma significativa e adequada às especificidades da infância.

Nessa perspectiva, os estudos analisados indicam que a formação docente contribui para a efetivação da inclusão escolar, uma vez que o professor necessita articular conhecimentos pedagógicos gerais e específicos da Educação Especial para atender à diversidade presente nas turmas.

CATEGORIA 2 – INCLUSÃO ESCOLAR, FAMÍLIA E RELAÇÕES SOCIAIS NO PROCESSO EDUCATIVO

Acrescenta-se ainda a importante participação da família no processo educacional da criança, especialmente quando se trata de estudantes com deficiência. A parceria entre família e escola é fundamental para o acompanhamento do desenvolvimento infantil e para a construção de estratégias que favoreçam a aprendizagem e a inclusão. Entretanto, algumas famílias ainda enfrentam dificuldades para compreender ou aceitar determinadas condições apresentadas pelos filhos, o que pode comprometer o acesso da criança aos atendimentos especializados necessários.

Nesse sentido, é essencial que a escola mantenha uma relação de diálogo, acolhimento e cooperação com as famílias, criando oportunidades para a troca de informações e para o acompanhamento conjunto do desenvolvimento da criança. Conhecer as experiências, percepções e expectativas dos pais ou responsáveis contribui

para a construção de práticas pedagógicas mais adequadas às necessidades dos estudantes. Além disso, a participação da família fortalece o processo educativo, uma vez que os pais ou responsáveis constituem os primeiros educadores da criança e exercem influência significativa em seu desenvolvimento.

Muitas vezes, os próprios pais ou responsáveis não conhecem plenamente as potencialidades e necessidades de seus filhos, em razão do pouco tempo disponível para convivência diária. A escola torna-se um espaço privilegiado para a observação do desenvolvimento infantil, pois é nela que a criança expressa sua identidade, suas habilidades e suas formas de interação social.

A inclusão de crianças com deficiência nas classes comuns apresenta desafios e possibilidades. Entre os aspectos positivos, destaca-se a oportunidade de convivência e aprendizagem em um ambiente diversificado, favorecendo a socialização e a igualdade de oportunidades. Por outro lado, quando a escola e os professores não estão preparados para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, existe o risco de que essas crianças enfrentem dificuldades de participação nas atividades e nas relações com os colegas.

CATEGORIA 3 – CONDIÇÕES ESTRUTURAIS, HISTÓRICAS E POLÍTICAS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Contudo, a efetivação da inclusão escolar não se limita à matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Nos estudos de Ferreira (2008), ao longo da história, essas pessoas foram frequentemente invisibilizadas no contexto social, sendo tratadas como “problema” e privadas de oportunidades de aprendizagem, o que evidencia processos históricos de exclusão e negação de direitos.

Dessa forma, torna-se indispensável a organização de um contexto escolar que assegure condições reais de participação, aprendizagem e igualdade de oportunidades, possibilitando a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. A escola de Educação Infantil orientada pelos princípios da inclusão constitui uma importante estratégia para combater a exclusão social, garantindo oportunidades de aprendizagem e participação a todas as crianças.

Nessa perspectiva, Mantoan (2003, p. 45) afirma que: “a inclusão se apoia na ideia de que somos iguais porque diferimos uns dos outros e de que a diferença se diferencia infinitamente”. Ainda existem instituições privadas que matriculam estudantes com deficiência e cobram taxas adicionais sob justificativa de atendimento especializado. Entretanto, a simples matrícula não garante inclusão efetiva, pois muitas escolas ainda não dispõem de condições adequadas para o atendimento pedagógico necessário.

Apesar das dificuldades, existem experiências bem-sucedidas de inclusão, cujo êxito depende do apoio docente, da convivência entre os pares e das condições institucionais disponíveis. No entanto, tais experiências ainda são limitadas diante das desigualdades estruturais presentes no sistema educacional.

CATEGORIA 4 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

No contexto da Educação Infantil, observam-se contradições entre as políticas educacionais e as condições reais das instituições. Essa etapa exige transformações estruturais, como melhorias na acessibilidade, ampliação de recursos pedagógicos e reorganização dos espaços escolares, o que demanda planejamento e investimento contínuo.

Apesar dos avanços legais e teóricos, a inclusão de crianças com deficiência ainda se encontra em processo de consolidação. Torna-se necessário ampliar o debate social sobre esse público, historicamente marcado por exclusões e discriminações. A escola, como primeiro espaço de socialização ampliada, exerce papel fundamental nesse processo.

Assim, é essencial garantir que as crianças tenham acesso a ambientes que valorizem a diversidade e promovam convivência entre diferentes sujeitos, contribuindo para a formação de atitudes de respeito e cidadania. A preparação das escolas e dos professores é condição indispensável para a efetivação da educação inclusiva, sendo necessário investimento em formação docente e infraestrutura adequada.

No que se refere ao trabalho pedagógico, é fundamental que o professor articule conhecimentos da Educação Infantil e da Educação Especial, desenvolvendo práticas que respeitem as singularidades das crianças e promovam aprendizagens significativas. O planejamento deve contemplar estratégias diversificadas, considerando o desenvolvimento integral da criança.

Por fim, observa-se que ainda existem limitações estruturais e formativas que dificultam a consolidação de práticas inclusivas, como a escassez de recursos, fragilidades no suporte pedagógico e lacunas na formação profissional. Assim, reforça-se a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e de investimentos contínuos na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada neste estudo, com base no levantamento bibliográfico, observa-se que a inclusão escolar se configura como uma discussão recorrente no campo educacional contemporâneo. Esse debate envolve, sobretudo, questões relacionadas ao acesso, à permanência e ao processo de aprendizagem de estudantes com deficiência no ensino regular.

Sua efetivação não ocorre de forma automática, pois depende de mudanças significativas no contexto escolar, envolvendo aspectos estruturais, pedagógicos e a formação dos profissionais da educação. Trata-se, portanto, de uma temática que demanda reflexão contínua e análise crítica das condições reais de funcionamento das instituições de ensino.

A literatura analisada evidencia que, embora a inclusão esteja assegurada por dispositivos legais, sua materialização ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura escolar e ao suporte pedagógico necessário ao desenvolvimento de práticas inclusivas. Nesse sentido, a prática pedagógica inclusiva é compreendida como elemento essencial para favorecer o processo de ensino e aprendizagem, exigindo planejamento, estratégias adequadas e condições institucionais que garantam a participação de todos os estudantes.

Os estudos consultados indicam ainda que muitos professores não se sentem suficientemente preparados para atuar com estudantes com deficiência, o que reforça a necessidade de investimentos em formação inicial e continuada. Além disso, destaca-se a importância da articulação entre políticas públicas, escola e professores para a consolidação de uma educação inclusiva efetiva.

Dessa forma, compreende-se que a inclusão escolar não se efetiva apenas pela matrícula do estudante com deficiência na rede regular de ensino, mas pela garantia de condições concretas de participação, aprendizagem e desenvolvimento. Conforme Mantoan (2003, p. 45), muitas instituições ainda desenvolvem propostas de inclusão parcial, sem mudanças estruturais que rompam com práticas segregadoras.

Assim, a efetivação da educação inclusiva exige sobretudo a reorganização das práticas pedagógicas, o fortalecimento da formação docente e a melhoria das condições físicas e materiais das escolas. O paradigma inclusivo fundamenta-se nos princípios da igualdade, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade humana, exigindo um compromisso ético e político com a superação das desigualdades educacionais.

Por fim, ressalta-se que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende de investimentos contínuos em políticas públicas, formação de professores e produção de conhecimento na área.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1988
- BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília MEC/SEF. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria SEBES/MEC 948/2007, de 07/12/2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Fundamental. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF. 1998.

FERREIRA Windzy Brandão. **Rev. Eletrônica Iberoamericana sobre calidad, eficacia y cambio en educacion**. Vol.6, nº 2. 2008.

FERREIRA, Claudia Linhares **De docente para docente: Práticas de ensino para a diversidade na educação básica**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002.

LOPES, Nogueira. **Revista nova escola**, Nº. 257 NOVEMBRO – 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Egler Inclusão. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecilia de Sousa. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SASSAKI. Romeu Kazumi. **Escola Inclusiva: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade Salamanca. Espanha, 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/sebes/arquivos/pdf/Salamanca.pdf.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: outubro de 2025.